

Diversidade na Produção de Conhecimento em Psicologia

Diversity in the Production of knowledge in Psychology

Diversidad em la Producción de conocimiento em Psicología

Neuza Maria de Fátima Guareschi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS, Brasil

É com muita alegria que abrimos o editorial da última edição de 2017 da Revista *Psicologia: Ciência e Profissão*. Foi um ano de bastante trabalho no qual pudemos planejar e realizar algumas mudanças no processo de editoração e publicação deste periódico visando seu crescimento e sua qualidade. Esperamos poder continuar a investir no trabalho de editoração para atendermos os compromissos que este periódico se propõe na divulgação da produção do conhecimento em Psicologia, a partir de uma perspectiva crítica e consonantes com as políticas da profissão. Para o ano de 2018 teremos novidades na publicação e divulgação deste periódico.

As publicações que apresentamos neste editorial da edição 37.4 novamente nos fazem pensar na diversidade teórica e de pesquisa na área de conhecimento da Psicologia, mas também, o quanto algumas temáticas se fazem presentes em quase todas as edições da Revista *Psicologia: Ciência e Profissão*. Sabemos, entretanto, que divulgar neste periódico de Psicologia a diversidade da produção de saberes em Psicologia faz parte dos seus objetivos, por ser ela editado por um órgão como o Conselho Federal de Psicologia, que se propõe a atender o maior número das demandas de nosso campo de conhecimento. As temáticas recorrentes são, principalmente, a formação em Psicologia e o campo das políticas públicas. Porém, nesta edição, além destas temáticas, apresentamos alguns artigos que dizem respeito à família, mas especialmente a mulher e a violência. Ainda, temos artigos com outras temáticas que se remetem à juventude e à infância.

Alguns autores da área têm discutido sobre a diversidade do conhecimento na Psicologia. Prestrelo, Jacó-Vilela e Ewald (2003) já redigiram um editorial do periódico *Estudos e Pesquisas em Psicologia* no qual apresentavam vários artigos que discutiam essa temática. As autoras sustentam que a diversidade de saberes na Psicologia é também indicativo da consolidação deste campo do conhecimento. Esta diversidade remete, principalmente, às metodologias de pesquisa e às perspectivas teóricas e epistemológicas. É bastante claro na Psicologia o quanto esta área tem se dedicado às questões das relações sociais que têm surgido em decorrência das condições de vida do contemporâneo.

Para Tourinho (2001), “o campo de saber da Psicologia já nasce multifacetado, não simplesmente porque é habitado por discursos conflitantes, mas no sentido de que seus conteúdos têm uma conformação variada, respondendo a demandas sociais em várias direções (p. 18-19)”. Estas demandas sociais podem ser pensadas, também, como decorrentes dos efeitos de fatores da vida cotidiana da atualidade que produzem diferentes sentimentos, afetos, mudanças de comportamento ou outros fenômenos sobre as pessoas, e o profissional da Psicologia é quem é referido ou quem tem buscado para lidar com isso.

Foi pensando no crescimento na área de atuação do profissional da Psicologia, muito para dar conta destas demandas sociais, que o Conselho Federal de Psicologia publicou sobre a preocupação na formação ético-política deste profissional. “Contribuições do Conselho Federal de Psicologia à discussão sobre a formação da(o) psicóloga(o)” (Conselho Federal de Psicologia, 2013) aponta a preocupação de se ter nos currículos de “um projeto ético-político de formação

para a área” pensando “na interferência da ideologia que ofusca a identificação dos valores psicossociais que estão espalhados na formação teórica e prática do psicólogo” (Conselho Federal de Psicologia, 2013, p. 15). Esta preocupação se deve, principalmente, à necessidade de o profissional ter em sua formação condição de desenvolver um posicionamento crítico sobre as questões políticas, tecnológicas, sociais e culturais da sociedade contemporânea, as quais, muitas vezes, implicam diretamente no seu fazer profissional, seja na pesquisa, na docência ou em diferentes locais de trabalho.

Esta reflexão emergiu da diversidade de temas e abordagens que a Revista *Psicologia: Ciência e Profissão* têm recebido e publicado, e também da recorrência de alguns tópicos como, por exemplo, a formação em Psicologia. É com este tema que abrimos a apresentação dos artigos desta edição. Com o título “Transnacionalização do Ensino Superior: Impactos nos Processos Formativos em Psicologia no Brasil”, o artigo de Joao Paulo Macedo, Marta Savana de Sousa Lima, Candida Dantas e Magda Dimenstein apresenta como a expansão da educação superior nos últimos anos aprofundou a hegemonia do setor privado, que passou a concentrar significativas fatias do mercado, inclusive com a presença de grupos internacionais operando no Brasil. O artigo traça um panorama histórico quanto à formação desses grupos no Brasil, acompanhado da análise do impacto desse processo na formação em Psicologia e na organização dos cursos em termos do perfil do egresso, objetivos e estrutura curricular. Aparentam que a Psicologia aparece como curso presente na maioria das instituições de ensino superior adquiridas pelos grupos investigados e que o processo em curso, ao padronizar conteúdos/currículo e homogeneizar determinados processos formativos, pode desvalorizar experiências educacionais locais e aprofundar o descompasso entre os saberes psicológicos e as necessidades sociais do país.

Os três próximos artigos tratam das temáticas sobre programas de políticas públicas e de saúde. O primeiro destes artigos, de autoria de Girlane Mayara Peres, Tania Maris Grigolo e Daniela Ribeiro Schneider, tem como objetivo conhecer as percepções dos profissionais e gestores da saúde e educação sobre os desafios da articulação intersetorial para a implantação de um programa de prevenção ao uso de drogas. Com o título “Desafios da Intersetorialidade na Implementação de Programa de Prevenção ao Uso Abusivo de Dro-

gas”, as autoras usam um delineamento exploratório e descritivo, envolvendo entrevistas semiestruturadas e grupos focais com 18 profissionais e gestores dos setores da educação e saúde para indicar como estes percebem uma necessidade de criar estratégias conjuntas de intervenção para a implementação do programa. Por outro lado, estes profissionais também indicam dificuldades para a atuação conjunta, tais como o atravessamento de questões políticas, a personalização das relações intersetoriais, as dificuldades para compreender o significado de intersetorialidade na prática cotidiana dos serviços e as excessivas demandas cotidianas de trabalho que impedem o envolvimento dos profissionais em novos projetos. O segundo destes artigos, de autoria de Marcela Spinardi Cintra e Marcia Hespagnol Bernardo, intitulado “Possibilidades de Interface entre a Atuação do Psicólogo na Atenção Básica do SUS e a Psicologia Social”, tem por objetivo conhecer práticas de alguns psicólogos inseridos na Atenção Básica, buscando identificar as bases que as fundamentam e se estão em consonância com a Psicologia Social Crítica. Usando a pesquisa participante como estratégia metodológica, as autoras entrevistaram três psicólogos que atuam em Unidades Básicas de Saúde de Campinas. Os resultados da pesquisa indicam que o posicionamento ético-político do profissional e uma formação voltada para a atuação no Sistema Único de Saúde são fundamentais para uma atuação crítica e contextualizada. Assim, apontam a importância da reflexão dos psicólogos sobre suas próprias ações, além da busca por práticas inovadoras que possam ser incluídas nas políticas públicas de saúde. Entende-se que os princípios da Psicologia Social Crítica fornecem subsídios para tal. O último, deste bloco de três artigos sobre programas de políticas públicas e de saúde, tem como título “A Intervenção em Psicologia em uma Universidade na Amazônia Sul Ocidental”, de autoria de Madge Porto. O objetivo do artigo é descrever uma experiência profissional em Psicologia vivenciada em uma universidade pública, destacando questões como o alcance e a qualidade da intervenção em Psicologia nas políticas públicas de educação superior. Diante da demanda de realizar o trabalho com atendimentos individuais de tratamento. A estratégia foi apresentar um projeto de trabalho no qual a ação principal seria a promoção à saúde, ao mesmo tempo em que os relatórios das atividades desenvolvidas eram entregues sistematicamente, demonstrando, a partir de resultados como: níveis baixos de procura, e níveis altos de evasão e de

custo, que a proposta da gestão não seria a melhor estratégia. As atividades de promoção e prevenção em saúde, com trabalhos em grupo substancialmente, precisariam ser objetivo principal da intervenção em Psicologia em uma universidade. Uma política pública que quer intervir apenas nos sintomas, e não nas causas destes, apresenta-se como apoio ao desmonte das universidades públicas.

Os próximos sete artigos que publicamos nesta última edição do ano de 2017 possuem em comum, principalmente, duas temáticas, quase sempre relacionadas entre elas nas discussões apresentadas nos artigos. Os dois primeiros artigos deste bloco de sete tratam da adoção e do planejamento familiar. O artigo sobre adoção de autoria de Patrícia Aurília Breckenfeld, Alexandre de Oliveira, Jailma Belarmino Souto e Edivan Gonçalves da Silva Júnior é resultado de uma pesquisa de campo realizada com dez casais inscritos em processo de adoção na Vara da Infância e da Juventude. Com o título “Adoção e Psicanálise: a Escuta do Desejo de Filiação”, o artigo tem como objetivo analisar os significantes e as expectativas atribuídos à adoção por casais postulantes a partir de pressupostos psicanalíticos. A adoção é compreendida pelos casais deste estudo como um ato de amor e de ajuda a uma criança, vislumbrada como uma possibilidade de construir uma família e, também, como uma solução possível ante a insatisfação de não poder gerar um filho. Já o artigo que trata sobre planejamento familiar, intitulado “Planejamento Familiar e Papéis Parentais: O Tradicional, a Mudança e os Novos Desafios”, de autoria de Caroline de Oliveira Mozzaturo e Dorian Mônica Arpini, objetiva compreender o papel e a participação de mulheres e de homens no planejamento familiar, a partir do ponto de vista das mulheres, uma vez que essa é uma ação que contribui para o exercício dos papéis parentais responsáveis. Em um estudo realizado com 15 mulheres atendidas, em unidades de Estratégia de Saúde da Família, verificou-se que, para as participantes, a mulher, em geral, é a principal responsável pela anticoncepção, já que sobre ela recaem os cuidados aos filhos, e o homem é visto como menos implicado nesta questão, embora refiram atitudes participativas por parte de seus companheiros no cuidado e planejamento familiar.

Os próximos quatro artigos deste grupo de sete dizem respeito diretamente à mulher e, infelizmente, todos tratam da violência e de situações de sofrimento com esta. O primeiro deles, intitulado “Violência Con-

jugal, Políticas Públicas e Rede de Atendimento: Percepção de Psicólogos(as)”, de Kamêni Iung Rolim e Denise Falcke, tem por objetivo conhecer a percepção de psicólogos(as) que trabalham nestes dispositivos, acerca do fenômeno da violência conjugal, das políticas públicas na área e da inserção de psicólogos(as) na rede de atendimento. Através de estudo exploratório e qualitativo com oito profissionais, identificou-se o predomínio da compreensão feminista sobre o fenômeno. No que tange às políticas públicas, foram consideradas insuficientes para o atendimento da demanda e permeada por dificuldades de delimitação dos papéis e funções nos serviços. O segundo artigo, de autoria de Mykaella Cristina Antunes Nunes, Rebeca Fernandes Ferreira Lima e Normanda Araujo de Moraes, teve como objetivo descrever as características da vítima, da violência, do agressor e do atendimento recebido por mulheres em um hospital da rede pública de Fortaleza, CE. Com o título “Violência Sexual contra Mulheres: um Estudo Comparativo entre Vítimas Adolescentes e Adultas”, o estudo buscou identificar as consequências da violência e o desfecho da gestação, além de realizar uma análise comparativa das vítimas adolescentes e adultas. As autoras apontam que a violência sexual mais praticada foi o estupro cometido por agressor desconhecido pelas vítimas. A gravidez foi a consequência da violência sexual mais frequente, tendo as mulheres adolescentes, mais vezes, optado pela continuidade da gestação.

O terceiro artigo trata de um estudo sobre as funções executivas em mulheres com câncer de mama submetidas à quimioterapia para identificar aspectos como flexibilidade cognitiva, impulsividade/controlado inibitório, memória operacional, planejamento, tomada de decisão, e categorização e fluência. Com o título “Mulheres Submetidas à Quimioterapia e suas Funções Cognitivas” e de autoria de Camila Vasconcelos Carnáuba Lima e Raner Miguel Ferreira Póvoa, os autores realizam uma revisão de literatura a partir de levantamento de publicações dos últimos cinco anos em bases de dados encontrando 18 artigos relacionados ao tema. Os estudos apontaram a existência de alterações no funcionamento executivo de mulheres submetidas à quimioterapia. Já o quarto artigo apresenta resultados extraídos de um estudo que analisou como mulheres, vulneráveis ao HIV pela própria relação de gênero, lidam com parceiros e com seus direitos reprodutivos. Intitulado “Gestantes Soropositivas ao HIV: Maternidade, Relações Conjugais e Ações da

Psicologia”, de autoria de Marina Simões Flório Ferreira Bertagnoli e de Marco Antônio Castro Figueiredo, o estudo foi realizado com dez gestantes soropositivas ao HIV em atendimento pré-natal em ambulatório de ginecologia e obstetrícia especializado no atendimento a pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas. Os resultados apontam dificuldades à distribuição do poder nas relações de gênero como elemento estruturante da vulnerabilidade ao HIV.

O artigo que fecha este bloco de sete trata de uma pesquisa sobre a transmissão geracional familiar de quatro adolescentes que cometeram violência sexual contra crianças. Com o título “Transmissão Geracional Familiar em Adolescentes que Cometeram Ofensa Sexual”, o artigo objetiva aprofundar o conhecimento sobre essa realidade pouco conhecida em nosso país e tecer uma conexão com a repetição de padrões de violência na vida familiar desses adolescentes, por meio do estudo das dinâmicas familiares. As autoras Liana Fortunato Costa, Maria Aparecida Penso, Maria Inês Gandolfo e Teresa Cristina Othênio Cordeiro Carreiro apontam para relações familiares que reproduzem condições de pobreza da vinculação afetiva, negligência e maus-tratos, pais ausentes e mães autoritárias. A discussão enfoca o processo de transmissão geracional no sentido do cometimento de várias violências que dificultam as condições mínimas de desenvolvimento emocional de seus membros.

Os três últimos artigos desta edição da Psicologia: Ciência e Profissão que antecedem o Relato de Experiência, o qual fecha este periódico, diz respeito ao diagnóstico clínico e ao quadro do autismo e a síndrome de Down. O artigo “*Development and diagnostic accuracy of the screening of the Dimensional Clinical Personality Inventory – screening version*”, de autoria de Lucas de Francisco Carvalho, Giselle Pianowski e Ana Maria Reis, teve por objetivo desenvolver uma ferramenta de triagem para transtornos da personalidade, bem como investigar sua acurácia diagnóstica. Utilizando como base o Inventário Dimensional Clínico da Personalidade (IDCP), instrumento elaborado em âmbito nacional, com 1.196 pessoas, com idade variando entre 18 e 73 anos ($M = 26,32$; $DP = 8,69$), sendo 64,1% do sexo feminino, as análises indicaram os itens que melhor discriminam pessoas com transtornos da personalidade e pessoas sem esse diagnóstico. Os autores mostram um conjunto final de 15 itens com sensibilidade e especificidade satisfatórios para um teste de triagem. O artigo de autoria de Marina

Bialer, intitulado “Um Estudo Descritivo do Funcionamento Psíquico de uma Autista”, baseou-se na análise de autobiografias de pais de autistas com objetivo de aprofundar o conhecimento científico atual acerca do funcionamento psíquico no autismo. A opção pela utilização do material autobiográfico como substrato da pesquisa, embora pouco usual no campo dos estudos em Psicologia no campo do autismo, viabilizou uma quantidade significativa de dados clínicos, sendo possível detectar a evolução do quadro sintomático, o que permitiu cumprir o objetivo proposto de aprofundar o conhecimento científico acerca do autismo. Já o artigo “Relação Fraternal e Síndrome de Down: um Estudo Comparativo”, de autoria de Nara Liana Pereira-Silva, Sarah de Rezende Crolman, Bruna Rocha de Almeida e Mayse Itagiba Rooke, descreve o funcionamento familiar e compara a relação entre irmãos em dois tipos de famílias, identificando similaridades e diferenças nos relatos dos genitores. Participaram do estudo oito famílias compostas por mãe, pai e dois filhos, totalizando oito díades de irmãos, de ambos os sexos com idades entre cinco a 15 anos. Os resultados indicam similaridades na rotina diária das famílias, sendo as mães as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com os filhos, em ambos os tipos de famílias. As relações fraternais foram descritas, pelos pais e mães, como mistas e amistosas em ambos os tipos de famílias, caracterizando-se, portanto, como positivas.

Encerramos o editorial desta última edição de 2017 apresentando o relato de experiência de autoria de João Paulo Pereira Barros, Luis Fernando de Souza Benício, Dagualberto Barboza da Silva, Camila dos Santos Leonardo e Frida Jaina Popp Torres. Intitulado “Homicídios Juvenis e os Desafios à Democracia Brasileira: Implicações Ético-Políticas da Psicologia”, o relato tem como objetivo problematizar os homicídios juvenis como analisadores dos desafios à democracia brasileira e das implicações ético-políticas da Psicologia nas lutas por democratização. Em um primeiro momento, é discutido como a questão dos homicídios de jovens se relaciona com a intensificação de modos fascistas de viver no interior das formações ditas “democráticas” e, posteriormente, a repercussão social e midiática da chacina considerada a maior da história do Ceará, tomada como um acontecimento-analisador da operação de dispositivos de criminalização juvenis e de produção de “sujeitos matáveis” no cotidiano de nossos grandes centros urbanos.

Referências

- Conselho Federal de Psicologia - CFP. (2013). *Contribuições do Conselho Federal de Psicologia à discussão sobre a formação da (o) psicóloga (o)*. Brasília, DF: o autor.
- Prestrelo, E. T., Jacó-Vilela, A. M., Ewald, A. P., Mancebo, D., & Uziel, A. P. (2003). Da diversidade na psicologia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 3(2), 1-3.
- Tourinho, E. Z. (2001). *A produção de conhecimento em Psicologia: a análise do comportamento*. Trabalho apresentado no I Simpósio O Homem e o Método e II Encontro das Escolas de Psicologia de Belo Horizonte, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Neuza Maria de Fátima Guareschi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul Editora
Email: neuza.guareschi@cfp.org.br

Como citar: Guareschi, N. M. F (2017). Diversidade na produção de conhecimento em Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 847-851. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000042017>

How to cite: Guareschi, N. M. F (2017). Diversity in the production of knowledge in Psychology. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 847-851. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000042017>

Cómo citar: Guareschi, N. M. F (2017). Diversidad em la producción de conocimiento em Psicología. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 847-851. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000042017>